INOVAÇÃO EDUCATIVA E TECNOLOGIA SOCIAL NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA POR MEIO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS

Laura Sophie Mikaelly Marangoni Farias*[1], Alice Vitória Peres do Nascimento[1], Guilherme Augusto da Costa Pereira[1], Leticia Castro Teixeira Araujo[1], Sabrina Almeida Saavedra[1], Thiciane Vitória Gonçalves Bastos[1], Stefane Christie Ferreira de Lima[1], Tamires Vitória Coelho Costa Oliveira[1].

[1] Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil
*Autor correspondente: lsophie365@gmail.com

Os povos originários constituem as primeiras populações a habitar o território brasileiro antes da colonização e da formação dos Estados nacionais. Compostas por diversas etnias, como Guarani, Yanomami, Kayapó e Tikuna, essas comunidades possuem línguas, tradições e formas próprias de organização social, enraizadas na relação com a natureza. Suas práticas culturais variam conforme o bioma, abrangendo atividades como agricultura, pesca, caça, rituais, artesanato e música. (Silva et al., 2025). Esses saberes, transmitidos oralmente, refletem uma visão holística do ser humano e orientam práticas de cuidado baseadas na integração entre corpo, mente, espírito e meio ambiente. Reconhecer a autonomia cultural e o direito à autodeterminação desses povos é essencial para valorizar sua contribuição à diversidade cultural e à saúde (Silva et al., 2025; Santos et al., 2021, p. 154). Justificativa: Este projeto configura-se como uma proposta inovadora ao aplicar princípios de tecnologia social e interculturalidade em um contexto escolar real, visando transformar desafios locais em oportunidades de desenvolvimento humano. Com base no diagnóstico situacional da escola municipal, identificou-se a necessidade de ações que valorizem a diversidade cultural e promovam saúde e bem-estar, especialmente quanto à integração dos saberes indígenas (Silva et al., 2025). Ao articular práticas integrativas com conhecimentos tradicionais, ressignifica-se o processo de ensino aprendizagem com abordagens sensoriais e dialógicas (Freire, 2020; Carvalho et al., 2019). A iniciativa rompe com o modelo pedagógico tradicional, estimula a consciência crítica e fortalece a formação de profissionais da saúde comprometidos com a equidade. Além disso, contribui para a produção de evidências úteis à educação em saúde e às políticas públicas (Rocha,

2019; Lima, 2020). Objetivo: Promover a valorização dos saberes tradicionais indígenas por meio da integração com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, sensibilizando estudantes do ensino fundamental quanto à importância desses conhecimentos para a promoção do bem-estar e da saúde coletiva. A apresentação piloto da proposta ocorreu em 15 de abril de 2025 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Ferreira da Silva, localizada em Porto Velho (RO), envolvendo 120 alunos do 4º ano, sendo 60 alunos ao turno da manhã e 60 alunos ao turno da tarde entre 09 a 10 anos de idade. A atividade foi organizada e executada por acadêmicos do curso de Enfermagem da UNISL - Afya, com o apoio de docentes e orientadoras, em uma proposta colaborativa de extensão universitária. A intervenção ocorreu em três etapas sequenciais: (1) palestra interativa mediada por slides e vídeos sobre a história do Brasil pela ótica indígena; (2) dinâmica “Mito ou Verdade” com uso de aplicativo de quiz em tablets para feedback imediato; (3) estações temáticas de PICs, cada qual equipada com kit sensorial (óleos essenciais, materiais de arteterapia, playlist e vídeos de instrumentos originários), projetado para fácil reprodução em outras escolas. Observou-se um elevado nível de participação dos estudantes, que demonstraram uma compreensão crítica acerca dos impactos da colonização e da importância da resistência cultural dos povos indígenas. Muitos expressaram reflexões sobre o apagamento histórico vivenciado pelos povos originários e relataram experiências cotidianas relacionadas a saberes tradicionais, como o uso de chás, rezas e práticas espirituais ligadas à natureza. Houve menções espontâneas a dispositivos legais como o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) e os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, evidenciando a apropriação dos conteúdos discutidos. A presença de cinco estudantes indígenas venezuelanos em situação de refúgio enriqueceu ainda mais a diversidade da ação, promovendo trocas significativas. Esses estudantes compartilharam relatos sobre suas origens, costumes alimentares e práticas espirituais, sendo acolhidos com respeito e interesse pelos colegas. As atividades nas estações sensoriais despertaram emoções como curiosidade, empatia, alegria e sentimento de pertencimento. Muitos alunos destacaram, de forma espontânea, a importância do respeito aos povos indígenas e da valorização de seus direitos. As práticas integrativas propostas contribuíram significativamente para o desenvolvimento sensorial, emocional e cognitivo das crianças, incentivando o respeito à diversidade e ao saber popular. Além disso, a ação proporcionou aos acadêmicos de Enfermagem uma experiência prática de educação em saúde pautada na escuta, no acolhimento e no cuidado culturalmente sensível. A experiência

vivenciada demonstrou-se altamente relevante para a promoção de uma educação transformadora, fundamentada na diversidade, equidade e interculturalidade. A integração entre práticas integrativas e saberes tradicionais indígenas revelou-se eficaz como ferramenta pedagógica e estratégia de cuidado cultural. Conclui-se que ações como essa tem alta capacidade de reprodutibilidade no ensino básico e devem ser incentivadas por seu potencial de transformação na educação e na saúde. Os acadêmicos ampliaram sua percepção sobre escuta, acolhimento e respeito às ancestralidades, fortalecendo sua formação humanizada.

Palavras-Chaves: Cultura indígena. Práticas integrativas. Educação em saúde.